

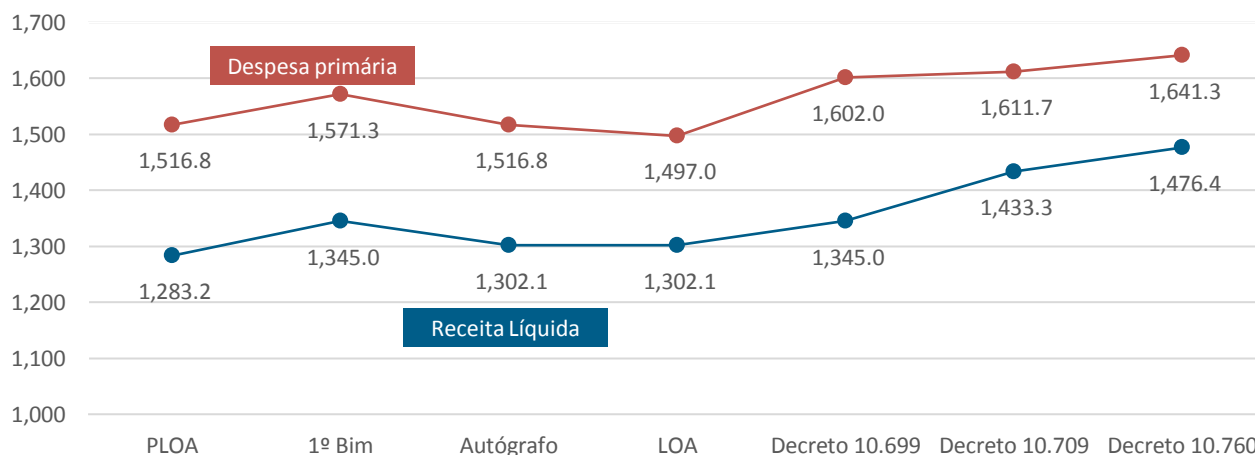
Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

### 3. ORÇAMENTO DE 2021

Nesta seção, analisa-se o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do terceiro bimestre (RARDP). A partir das revisões dos cenários do governo, discute-se a abertura de espaço orçamentário apontado no Decreto nº 10.760/2021.

**As novas projeções do Executivo para 2021 reforçam cenário de recuperação da receita e de cumprimento das regras fiscais.** No fim de julho, o Executivo publicou o relatório de avaliação de receitas e despesas primárias relativo ao terceiro bimestre de 2021<sup>1</sup>. O RARDP confirma a melhora da arrecadação e do resultado primário para este ano. Na comparação com a revisão do segundo bimestre, o crescimento das receitas primárias, líquidas de transferências aos demais entes, foi de R\$ 43,1 bilhões. A projeção de despesas avançou menos, R\$ 29,6 bilhões, e, portanto, o déficit esperado para o ano passou de R\$ 178,4 bilhões para R\$ 164,9 bilhões (Gráficos 18 e 19). As novas estimativas colocam o governo em situação bastante confortável para cumprir a meta de resultado primário. O teto de gastos, por sua vez, será a regra mais restritiva do exercício. As projeções do relatório bimestral resultaram no Decreto nº 10.760/2021, que ampliou as despesas primárias em R\$ 9,5 bilhões e ainda deixou uma folga de R\$ 2,8 bilhões em relação ao teto de gastos.

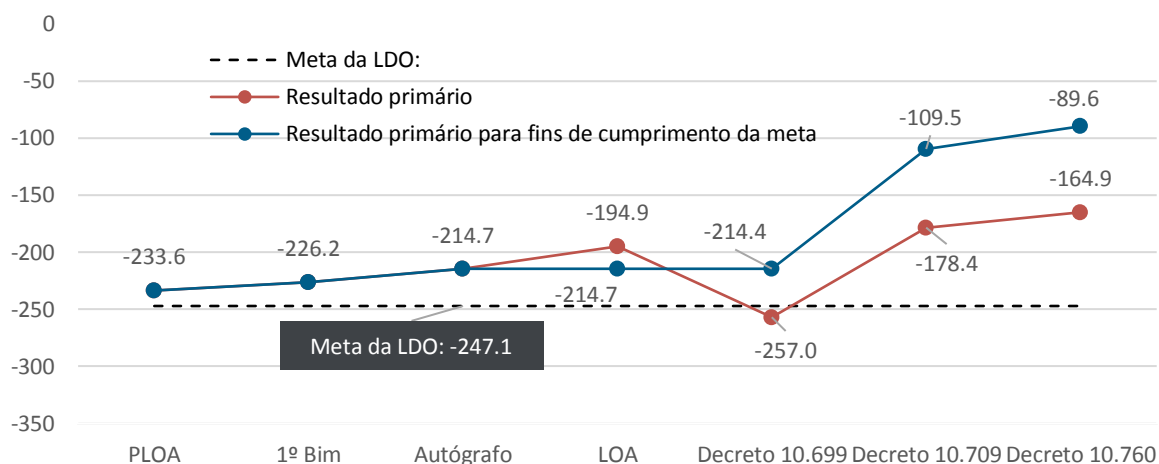
**GRÁFICO 18. PROJEÇÕES OFICIAIS PARA AS RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DE 2021 (R\$ BILHÕES)**



Fonte: RARDP e Decreto 10.699 (e alterações subsequentes). Elaboração: IFI.

<sup>1</sup> O relatório está disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-de-receitas-e-despesas-primarias-rardp>.

**GRÁFICO 19. PROJEÇÕES OFICIAIS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DE 2021 (R\$ BILHÕES)**



Fonte: RARDP e Decreto 10.699 (e alterações subsequentes). Elaboração: IFI.

**A revisão de julho foi a quarta feita pelo Executivo neste exercício.** O monitoramento das variáveis macrofiscais ao longo do ano é previsto na LRF (art. 9º) e disciplinado na LDO (art. 64 da LDO 2021<sup>2</sup>). Esse acompanhamento, em regra bimestral, é importante para que se corrijam eventuais desvios em relação às metas traçadas inicialmente. Caso isso aconteça, o instrumento a ser utilizado é a limitação de empenho e movimentação financeira dos gastos discricionários, mais conhecido por contingenciamento, conforme previsto na LRF. A publicação do RARDP é uma exigência da LDO e serve para explicitar os fatores por trás da revisão das projeções oficiais para o cenário fiscal do exercício.

A revisão do Executivo pode ser feita antes do encerramento do bimestre, motivada, por exemplo, por eventos atípicos que provoquem alterações relevantes nas variáveis fiscais. Foi o que ocorreu em 2021, diante do atraso na aprovação do Orçamento. No dia 25 de março, o Congresso aprovou a LOA com estimativas de gastos obrigatórios inferiores às indicadas no relatório de avaliação que havia sido enviado ao próprio Congresso três dias antes<sup>3</sup>. Diante da necessidade de recompor as dotações de despesas obrigatórias e da exigência de as alterações na Lei Orçamentária serem compatíveis com o RARDP, em abril foi elaborado um relatório extemporâneo.

**É importante entender a cronologia das atualizações das projeções oficiais para 2021.** A Proposta Orçamentária (PLOA) foi enviada ao Congresso no fim de agosto de 2020. Com o atraso na apreciação do PLOA, novas projeções oficiais detalhadas foram divulgadas apenas em março de 2021, por meio do RARDP do primeiro bimestre. Três dias depois de publicado o relatório, o Congresso aprovou o PLOA e a lei foi publicada no dia 22 de abril.

No dia seguinte à publicação da Lei Orçamentária, o Executivo divulgou novo relatório de avaliação (extemporâneo), visando subsidiar as alterações que seriam necessárias para adequar o Orçamento às estimativas mais recentes. No dia 14 de maio, foi publicado o Decreto nº 10.699/2021, que promoveu o contingenciamento indicado no relatório extemporâneo. No fim de maio, o relatório de avaliação do segundo bimestre trouxe as novas projeções macrofiscais, as quais levaram à publicação, uma semana depois, do Decreto nº 10.709/2021. No fim de julho, foi publicado o relatório de avaliação do terceiro bimestre. O Decreto nº 10.760/2021, do dia 30 de julho, incorpora o cenário apresentado no relatório.

<sup>2</sup> Lei nº 14.116/2020.

<sup>3</sup> Leia as Notas Técnicas (NTs) da IFI nºs 46 e 47 - <https://www12.senado.leg.br/ifi/notas-tecnicas-ifi>.

Na figura abaixo, a cronologia dos momentos em que foram atualizadas as projeções oficiais.



**Desde o envio do PLOA 2021, a projeção do Executivo para as receitas primárias já cresceu R\$ 256,2 bilhões, ou 16,4% (Gráfico 18).** Quando descontadas as transferências por repartição de receita aos entes subnacionais, o crescimento cai para R\$ 193,2 bilhões, ainda relevante em termos relativos (15,1%). Já a despesa primária avançou R\$ 124,5 bilhões, ou 8,2%, também na comparação com a proposta orçamentária enviada ao Congresso em agosto de 2020. O resultado é a queda do déficit primário previsto pelo governo para 2021, que passou de R\$ 233,6 bilhões para R\$ 164,9 bilhões (Gráfico 19).

**TABELA 6. PROJEÇÕES OFICIAIS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DE 2021 (R\$ BILHÕES)**

Discriminação	PLOA	1º Bim	Autógrafo	LOA	Decreto 10.699	Decreto 10.709	Decreto 10.760	Variação (Decreto 10.760/PLOA)	
	ago-20	mar-21	mar-21	abr-21	mai-21	mai-21	ago-21	R\$ bilhões	%
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	1.560,1	1.643,6	1.595,4	1.595,4	1.643,6	1.752,1	1.816,3	256,2	16,4
Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	975,0	1.025,3	1.008,9	1.008,9	1.025,3	1.110,8	1.156,1	181,1	18,6
Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,1	0,0	0,0	-
Arrecadação Líquida para o RGPS	417,5	431,6	418,6	418,6	431,6	441,2	440,0	22,5	5,4
Receitas Não Administradas pela RFB	167,6	186,7	167,9	167,9	186,7	200,1	220,2	52,6	31,4
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	276,9	298,6	293,3	293,3	298,6	318,8	339,9	63,0	22,8
<b>III. RECEITA LÍQUIDA</b>	1.283,2	1.345,0	1.302,1	1.302,1	1.345,0	1.433,3	1.476,4	193,2	15,1
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	1.516,8	1.571,3	1.516,8	1.497,0	1.602,0	1.611,7	1.641,3	124,5	8,2
Benefícios Previdenciários	704,4	712,9	690,9	690,9	707,2	706,8	705,9	1,5	0,2
Pessoal e Encargos Sociais	337,3	335,4	337,3	337,3	335,4	335,4	332,4	-5,0	-1,5
Abono e Seguro Desemprego	58,9	61,0	48,9	48,9	51,5	50,2	49,8	-9,2	-15,6
BPC	66,1	67,1	66,1	66,1	67,1	67,7	67,8	1,7	2,5
Créditos Extraordinários	0,0	39,5	0,0	0,0	87,7	99,5	124,9	124,9	-
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	3,7	8,5	3,7	3,7	8,5	7,6	7,5	3,7	101,1
Complementação da União ao Fundeb	19,6	19,2	19,6	19,6	19,2	20,4	22,3	2,7	13,6
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (custeio e capital)	13,9	13,9	13,9	13,9	13,9	13,9	13,9	0,0	0,0
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	20,6	21,3	20,6	20,6	21,3	20,8	20,8	0,2	1,0
Subsídios, Subvenções e Proagro	14,0	13,6	10,8	10,8	13,6	12,8	11,8	-2,2	-16,0
Outras despesas obrigatórias	10,9	11,6	10,9	10,9	11,6	11,5	9,8	-1,0	-9,6
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	267,2	267,2	294,0	274,2	264,9	264,9	274,4	7,2	2,7
Obrigatórias com Controle de Fluxo	154,8	154,8	154,8	154,8	154,1	154,1	154,3	-0,5	-0,3
Discricionárias do Executivo	112,4	112,4	139,1	119,4	110,8	110,8	120,1	7,7	6,9
<b>V. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>	-233,6	-226,2	-214,7	-194,9	-257,0	-178,4	-164,9	68,7	29,4

Fonte: Relatórios de avaliação de receitas e despesas primárias (Poder Executivo) e Decreto nº 10.699 (e alterações posteriores). Elaboração: IFI.

**O Imposto de Renda puxou o aumento das novas projeções de receita.** Dos R\$ 64,2 bilhões de crescimento na estimativa da arrecadação bruta, R\$ 45,3 bilhões referem-se a receitas administradas pela Receita Federal (Tabela 6). Destes, o Imposto de Renda (IR) responde por R\$ 38,2 bilhões, uma variação positiva de 8,6% apenas no último bimestre. Segundo o relatório do Executivo, isso se deve ao comportamento positivo da arrecadação no primeiro semestre de 2021, que reflete o crescimento de arrecadação de empresas em geral (IRPJ), acompanhando melhora do lucro, valorização de *commodities* e de movimentos de reorganização societária. Também houve mudanças nas receitas derivadas de operações de venda de participações societárias.

Desde a primeira avaliação do ano, publicada no fim de março, a projeção para o imposto de renda acumula alta de R\$ 71,8 bilhões, ou 17,5%. A evolução das projeções é coerente com a arrecadação do imposto ao longo de 2021. No primeiro semestre, a arrecadação ficou 20% acima do projetado para o período na primeira avaliação bimestral do governo. O movimento está em linha, também, com as revisões que a IFI vem promovendo nos seus cenários.

**A receita com exploração de recursos naturais liderou o crescimento da projeção das não administradas.** No total, o aumento da projeção de arrecadação das não administradas avançou R\$ 12,5 bilhões entre as duas últimas avaliações (Tabela 6). As receitas com exploração de recursos naturais, respondem, sozinhas, por R\$ 7,6 bilhões do crescimento total e o principal fator é o aumento do preço do barril do petróleo (Brent). Desde a avaliação de março, a previsão de arrecadação com essas receitas já avançou R\$ 11,9 bilhões, ou 17,4%. Os recolhimentos, até aqui, endossam a revisão das projeções: no primeiro semestre, foram 26,9% superiores ao esperado pelo governo em março.

**Pelo lado da despesa, o destaque são os gastos com o enfrentamento da pandemia.** A previsão de gastos primários também tem crescido e compensa parcialmente a melhora das receitas. Desde o envio do PLOA, o avanço já chega a R\$ 124,5 bilhões, ou 8,2%. A variação mais relevante está nos gastos decorrentes de créditos extraordinários, que concentram as despesas com o enfrentamento da pandemia. O PLOA não continha previsão para essas despesas. Em março, após a avaliação do primeiro bimestre, essa previsão era de R\$ 39,5 bilhões. Até então não havia sido criado o auxílio emergencial para os vulneráveis e a resiliência da pandemia era menos clara. No Decreto nº 10.760/2021, a estimativa já está em R\$ 124,9 bilhões, mais do que o triplo do decreto de março.

**O relatório bimestral de julho também indica uma redução R\$ 3,0 bilhões nas despesas com pessoal de 2021.** A queda na projeção vai na direção da execução observada no ano até julho, que tem apresentado elevação bastante discreta em 2021, ao contrário do previsto inicialmente no Orçamento. Na comparação com o mesmo período do ano passado, os dados realizados até julho<sup>4</sup> mostram que a despesa com pessoal, exceto a derivada de sentenças judiciais, cresce apenas 1,3% em 2021. Mesmo com a queda no último relatório, a projeção atual do governo, R\$ 332,4 bilhões, ainda representaria um avanço nominal de 3,4% frente a 2020.

Se o crescimento dos gastos com pessoal até julho se mantiver até o fim do ano, o gasto de 2021 ficará em cerca de R\$ 325,5 bilhões, ainda menor do que a projeção mais recente. Deve-se considerar que a Lei Orçamentária autorizou gastos adicionais de R\$ 2,4 bilhões com contratações e reajustes salariais neste ano. Ao menos parte desse impacto pode se concretizar no restante do exercício. Ainda assim, o mais provável, hoje, é que o gasto com pessoal se acomode em patamar inferior ao esperado, auxiliando no cumprimento do teto de gastos.

**A projeção de despesas com o programa Bolsa Família (PBF) foi reduzida em R\$ 9,3 bilhões.** O recuo expressivo, 27,2% em relação aos R\$ 34,9 bilhões previstos até então, decorre da migração de gastos do programa para o auxílio emergencial. A migração ocorre porque, quando mais vantajoso, o auxílio emergencial substitui o PBF. Logo, parte do gasto do PBF deixa de ser feita na dotação do programa e é executada na dotação do auxílio emergencial. Para ter claro:

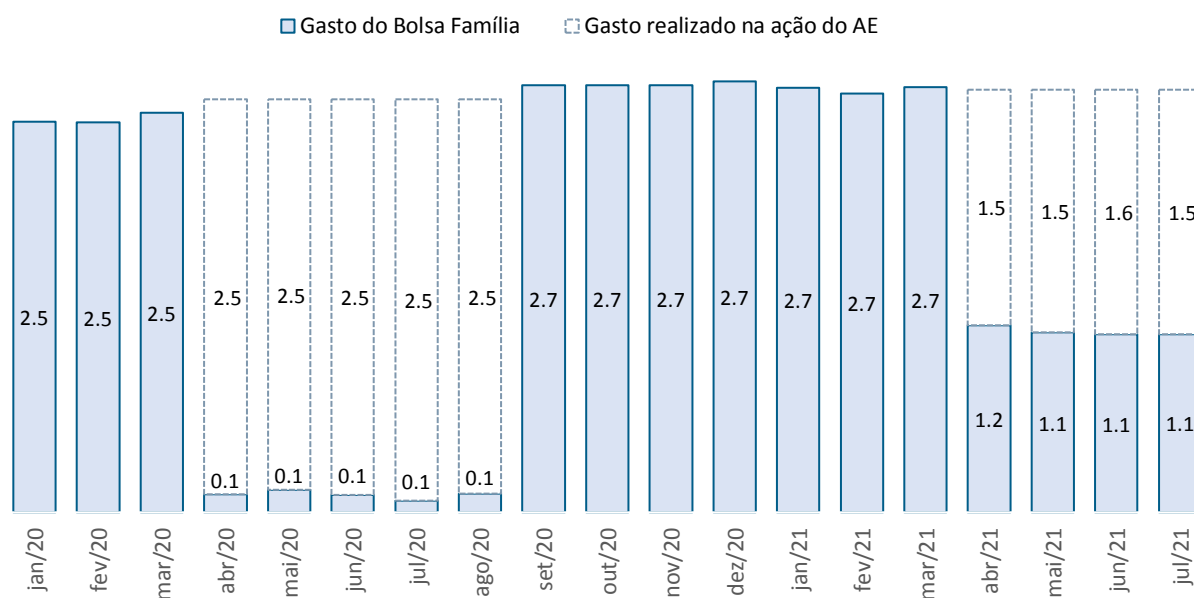
---

<sup>4</sup> Coletados no Siga Brasil, com o seguinte critério: grupo de natureza da despesa = 1, exceto: programa = 0901 ou resultado EOF DESP = 0.

a economia é apenas contábil e não representa esforço fiscal efetivo. Daí a preocupação do Tribunal de Contas da União em garantir que eventual utilização do espaço gerado seja direcionada para o enfrentamento da pandemia

Em 2020, a migração da despesa do PBF para o auxílio emergencial aconteceu entre os meses de abril e agosto e representou uma queda de R\$ 12,5 bilhões no gasto do programa (Gráfico 20). Em 2021, a migração está menor em função das regras de acesso mais restritivas. Ainda assim, a cada mês de vigência do auxílio a vulneráveis, cerca de R\$ 1,5 bilhão deixa de ser gasto na dotação do PBF.

**GRÁFICO 20. GASTO COM BOLSA FAMÍLIA EM 2020 E 2021 (R\$ BILHÕES)**



Fonte: Siga Brasil. Elaboração: IFI.

**Pela projeção atual do Executivo, R\$ 75,4 bilhões devem ser abatidos da meta de resultado primário de 2021.** As deduções decorrem da Constituição e da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 (LDO 2021). No primeiro caso, trata-se de mecanismo introduzido pela Emenda Constitucional nº 109/2021, que excluiu da meta as despesas com o auxílio emergencial até o limite de R\$ 44,0 bilhões. A LDO 2021, por sua vez, excepcionalizou as despesas com: (i) ações e serviços públicos de saúde, desde que relacionadas à pandemia; (ii) Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe); e (iii) Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm). Deve-se ter presente que exceções à meta de resultado primário não anulam o impacto da despesa sobre a dívida pública, que é, afinal, a variável que se busca controlar.

**A meta de resultado primário do governo central de 2021 deverá ser cumprida com margem considerável.** A meta de 2021 é um déficit de R\$ 247,1 bilhões, enquanto o déficit projetado pelo governo no último relatório mensal era de R\$ 155,4 bilhões (Tabela 7). A diferença de R\$ 91,7 bilhões não considera as deduções previstas na Constituição e na LDO. Ao incluí-las, a margem sobe para R\$ 167,1 bilhões, colocando o governo em situação bastante confortável para cumprir a meta do exercício.

**A análise da meta de resultado primário deve ser conjugada com a do teto de gastos.** Embora a folga calculada pelo Executivo para a meta de resultado esteja em R\$ 157,6 bilhões, para o teto ela é de apenas R\$ 12,3 bilhões. O teto é, portanto, a principal restrição fiscal neste ano. Dos R\$ 12,3 bilhões, R\$ 9,5 bilhões foram gerados a partir da migração de

gastos do Bolsa Família para o auxílio emergencial e, em respeito ao Acórdão nº 1532/2021-TCU-Plenário, só podem ser direcionados ao custeio de despesas com o enfrentamento da pandemia.

**O relatório bimestral do Executivo indicou a ampliação de R\$ 9,5 bilhões nas despesas primárias.** Dessa forma, o teto de gastos de 2021, na avaliação do Executivo, ainda seria cumprido com uma folga de R\$ 2,8 bilhões. O Decreto nº 10.760/2021 efetivou a ampliação indicada no relatório do governo, ajustando as projeções para as despesas obrigatórias com controle de fluxo e para as discricionárias. A Medida Provisória nº 1.062/2021, por sua vez, abriu crédito extraordinário de R\$ 9,1 bilhões para gastos na área de saúde relacionados à pandemia.

**A Tabela 7 detalha o cálculo da folga em relação à meta de resultado primário.** Na terceira coluna, os valores são os do RARDP. Na quarta coluna, a despesa e o resultado primário são atualizados em razão da ampliação indicada no RARDP e efetivada pelo Decreto nº 10.760/2021. A Tabela 8, em seguida, mostra a evolução das projeções do Executivo para o teto de gastos de 2021 desde o envio do PLOA ao Congresso.

**TABELA 7. FOLGA NA META DE RESULTADO PRIMÁRIO DE 2021 (R\$ BILHÕES)**

Discriminação	Decreto 10.709	RARDP (3º bím)	Decreto 10.760	Δ Decreto 10.760/ Decreto 10.709		Δ Decreto 10.760/ RARDP	
				R\$ bilhões	%	R\$ bilhões	%
Receita líquida (A)	1.433,3	1.476,4	1.476,4	43,1	3,0	0,0	0,0
Despesa total (B)	1.611,7	1.631,8	1.641,3	29,6	1,8	9,5	0,6
Resultado primário (C=A-B)	-178,4	-155,4	-164,9	13,5	-7,6	-9,5	6,1
Meta (D)	-247,1	-247,1	-247,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Deduções (EC 109 e LDO 2021) (E)	68,9	75,4	75,4	6,4	9,3	0,0	0,0
Meta ajustada (F=D-E)	-316,1	-322,5	-322,5	-6,4	2,0	0,0	0,0
Folga (+) / Excesso (-)	137,7	167,1	157,6	19,9	14,5	-9,5	-5,7

Fonte: Decreto 10.699 (e alterações subsequentes). Elaboração: IFI.

**TABELA 8. TETO DE GASTOS PRIMÁRIOS EM 2021 (R\$ BILHÕES)**

Discriminação	Avaliações oficiais						
	PLOA	1º Bím	Autógrafo	LOA	Decreto 10.699	Decreto 10.709	Decreto 10.760
Total de despesas primárias	1.793,7	1.869,9	1.810,1	1.790,3	1.900,6	1.930,5	1.981,2
Despesas primárias não sujeitas ao teto	307,7	366,7	324,1	324,1	414,7	449,3	498,1
Despesas primárias sujeitas ao teto	1.485,9	1.503,5	1.485,9	1.466,2	1.485,9	1.481,2	1.483,1
Teto de gastos	1.485,9	1.485,9	1.485,9	1.485,9	1.485,9	1.485,9	1.485,9
Folga (+) / Excesso (-)	0,0	-17,6	0,0	19,8	0,0	4,8	2,8

Fonte: Relatórios de avaliação de receitas e despesas primárias (Poder Executivo) e Decreto nº 10.699 (e alterações posteriores). Elaboração: IFI.

**O RARDP do terceiro bimestre é ambíguo em relação à regra para exclusão do auxílio emergencial do teto de gastos.** Ao comentar a elevação das projeções de gastos com créditos extraordinários, o relatório destaca que apenas uma pequena parte da dotação aberta pela Medida Provisória nº 1.056/2021 – prorrogação do auxílio emergencial – estaria excetuada do cômputo da despesa para fins do cumprimento do teto de gastos. Isso porque o art. 3º da Emenda Constitucional nº 109/2021 (EC 109) diz que as despesas decorrentes do auxílio emergencial não são consideradas no teto de gastos apenas até o limite de R\$ 44,0 bilhões. Contudo, no demonstrativo da base de cálculo do teto<sup>5</sup>, o programa é excluído em sua totalidade (no valor de R\$ 62,6 bilhões).

<sup>5</sup> Tabela 16 do RARDP do 3º bimestre.

Quando proposto, o limite para os gastos que estariam excetuados do teto de gastos foi criticado por conta da incerteza relacionada à duração dos efeitos da pandemia. Mas foi a opção do legislador. A interpretação desse dispositivo é fundamental para o cálculo do espaço fiscal no teto de gastos e deve ser melhor explicitada pelo Executivo.

**No cenário base da IFI, o déficit primário de 2021 será de R\$ 197,0 bilhões, R\$ 32,1 bilhões acima do projetado pelo Executivo (Tabela 9).** Abatidas as despesas que não serão computadas, a meta de déficit passaria a R\$ 351,9 bilhões, muito distante dos R\$ 247,1 bilhões exigidos para observar a LDO. A retirada de despesas facilita o cumprimento da regra fiscal no contexto da crise, mas continua impactando a dívida pública, variável mais relevante para avaliar a sustentabilidade das contas públicas.

**A diferença entre as projeções de déficit da IFI e do Executivo se deve, em maior medida, às receitas primárias.** A previsão da IFI para a receita primária total é de R\$ 1.768,6 bilhões, 2,6% abaixo da contida no Decreto nº 10.760/2021. As projeções do governo se baseiam numa recuperação mais forte da economia em 2021, com o crescimento real do PIB em 5,3%. Nossas projeções, elaboradas em junho, ainda se valem de uma taxa de crescimento real do PIB de 4,2%. As estimativas do Executivo para os principais índices de inflação – IPCA e INPC – também estão mais altas do que as da IFI. Vale dizer, o deflator calculado pelo governo e pela IFI também está diferente, sob influência do método e das projeções para os IPCs e IGP, possivelmente. Como destacado na seção de conjuntura fiscal, o viés para as próximas revisões de cenário da IFI é de alta.

**TABELA 9. PROJEÇÕES ATUAIS DO EXECUTIVO VERSUS PROJEÇÕES DA IFI (R\$ BILHÕES)**

Discriminação	Decreto 10.760 jul-21	Projeções da IFI jun-21	Diferença	
			R\$ bilhões	%
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	1.816,3	1.768,6	-47,7	-2,6
Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	1.156,1	1.110,8	-45,3	-3,9
Arrecadação Líquida para o RGPS	440,0	454,9	14,9	3,4
Receitas Não Administradas pela RFB	220,2	202,9	-17,2	-7,8
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	339,9	332,9	-7,0	-2,1
<b>III. RECEITA LÍQUIDA</b>	1.476,4	1.435,7	-40,7	-2,8
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	1.641,3	1.632,7	-8,6	-0,5
Benefícios Previdenciários	705,9	704,5	-1,4	-0,2
Pessoal e Encargos Sociais	332,4	332,7	0,3	0,1
Abono e Seguro Desemprego	49,8	53,3	3,5	7,1
BPC	67,8	66,9	-0,9	-1,3
Créditos Extraordinários	124,9	118,4	-6,5	-5,2
Outras despesas obrigatórias	86,1	84,0	-2,1	-2,4
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	274,4	272,9	-1,6	-0,6
Obrigatórias com Controle de Fluxo	154,3	143,9	-10,5	-6,8
Discricionárias do Executivo	120,1	129,0	8,9	7,4
<b>V. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>	-164,9	-197,0	-32,1	19,5
Meta de resultado primário	-247,1	-247,1	-	-
Abatimentos da meta (EC 109 e LDO 2021)	75,4	104,8	29,4	39,0
Meta ajustada	-322,5	-351,9	-29,4	9,1
Folga em relação à meta ajustada	157,6	154,9	-2,7	-1,7
Teto de gastos	1.485,9	1.485,9	0,0	0,0
Despesa sujeita ao teto de gastos	1.483,1	1.485,9	2,8	0,2
Folga em relação ao teto de gastos	2,8	0,0	-2,8	-100,0

Fonte: Decreto nº 10.699 (e alterações posteriores). Elaboração: IFI.

**Tabelas fiscais**
**TABELA 10. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO BASE (% do PIB)**

Discriminação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>Receita Bruta</b>	19,7	21,1	21,1	21,1	21,1	21,1	21,1	21,1	21,1	21,0	21,1
<b>Transferências por repartição de receita a E&amp;M</b>	3,5	4,0	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9
<b>Receita Líquida</b>	16,2	17,1	17,1	17,1	17,1	17,1	17,1	17,1	17,1	17,1	17,1
<b>Despesa Primária</b>	26,1	19,5	18,5	17,9	17,5	17,0	16,7	16,3	16,3	16,2	16,3
<b>Obrigatórias</b>	24,7	17,9	16,7	16,3	16,1	15,8	15,7	15,7	15,7	15,7	15,7
Benefícios previdenciários	8,9	8,4	8,3	8,3	8,2	8,2	8,1	8,2	8,2	8,3	8,4
Pessoal e encargos sociais	4,3	4,0	3,8	3,7	3,5	3,4	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3
Abono e Seguro desemprego	0,8	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5
Abono salarial	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Seguro desemprego	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
BPC	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,1	0,1	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Complementação da União ao FUNDEB	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Subsídios e Subvenções	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Demais obrigatórias	8,8	3,3	2,3	2,1	2,0	1,9	1,9	1,8	1,8	1,7	1,7
sem Controle de Fluxo	7,0	1,5	0,4	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
com Controle de Fluxo	1,8	1,7	2,0	1,9	1,8	1,8	1,7	1,7	1,6	1,6	1,6
dos quais Bolsa Família	0,3	0,3	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4
<b>Discrecionárias do Poder Executivo</b>	1,5	1,5	1,9	1,6	1,4	1,2	1,0	0,6	0,6	0,5	0,5
<b>Resultado Primário</b>	-10,0	-2,3	-1,4	-0,8	-0,4	0,1	0,5	0,9	0,9	0,9	0,9
<b>Memo:</b>											
Gastos com a Covid-19	7,0	1,4	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-
PIB nominal (R\$ bilhões)	7.447,9	8.385,7	8.976,7	9.549,1	10.154,4	10.791,2	11.466,0	12.183,0	12.944,8	13.754,2	14.614,3



**TABELA 11. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO OTIMISTA (% do PIB)**

Discriminação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>Receita Bruta</b>	19,7	21,4	21,3	21,2	21,2	21,3	21,2	21,2	21,2	21,1	21,1
<b>Transferências por repartição de receita a E&amp;M</b>	3,5	4,0	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9
<b>Receita Líquida</b>	16,2	17,3	17,3	17,3	17,3	17,3	17,3	17,3	17,2	17,2	17,2
<b>Despesa Primária</b>	26,1	19,2	18,2	17,4	16,8	16,2	15,6	15,4	15,2	14,9	14,7
<b>Obrigatórias</b>	24,7	17,7	16,4	15,9	15,5	15,1	14,8	14,6	14,4	14,1	14,0
Benefícios previdenciários	8,9	8,3	8,2	8,1	8,0	7,8	7,6	7,6	7,5	7,4	7,3
Pessoal e encargos sociais	4,3	3,9	3,7	3,6	3,4	3,3	3,2	3,1	3,1	3,1	3,0
Abono e Seguro desemprego	0,8	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Abono salarial	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Seguro desemprego	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3
BPC	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,1	0,1	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Complementação da União ao FUNDEB	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Subsídios e Subvenções	0,3	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Demais obrigatórias	8,8	3,2	2,2	2,0	1,9	1,8	1,7	1,7	1,6	1,5	1,5
sem Controle de Fluxo	7,0	1,5	0,3	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
com Controle de Fluxo	1,8	1,7	1,9	1,8	1,7	1,7	1,6	1,5	1,5	1,4	1,4
dos quais Bolsa Família	0,3	0,3	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
<b>Discrecionárias do Poder Executivo</b>	1,5	1,5	1,8	1,6	1,3	1,1	0,9	0,8	0,8	0,8	0,7
<b>Resultado Primário</b>	-10,0	-1,9	-0,8	-0,1	0,5	1,1	1,6	1,8	2,0	2,3	2,5
<b>Memo:</b>											
Gastos com a Covid-19	7,0	1,4	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-
PIB nominal (R\$ bilhões)	7.447,9	8.468,3	9.123,2	9.794,8	10.521,5	11.289,9	12.114,4	12.999,2	13.948,6	14.967,3	16.060,4

TABELA 12. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO PESSIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>Receita Bruta</b>	19,7	20,7	20,6	20,6	20,5	20,5	20,5	20,4	20,4	20,4	20,4
<b>Transferências por repartição de receita a E&amp;M</b>	3,5	4,0	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9
<b>Receita Líquida</b>	16,2	16,7	16,7	16,7	16,6	16,6	16,6	16,5	16,5	16,5	16,4
<b>Despesa Primária</b>	26,1	20,1	18,6	18,0	17,6	17,1	17,0	17,0	17,0	17,0	17,1
<b>Obrigatórias</b>	24,7	18,6	16,9	16,5	16,4	16,2	16,2	16,2	16,3	16,3	16,3
Benefícios previdenciários	8,9	8,5	8,4	8,4	8,4	8,4	8,4	8,5	8,6	8,6	8,7
Pessoal e encargos sociais	4,3	4,0	3,8	3,7	3,6	3,5	3,4	3,4	3,4	3,4	3,5
Abono e Seguro desemprego	0,8	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Abono salarial	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Seguro desemprego	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4
BPC	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,1	0,1	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Complementação da União ao FUNDEB	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Subsídios e Subvenções	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Demais obrigatórias	8,8	3,7	2,4	2,1	2,1	2,0	2,0	1,9	1,9	1,8	1,8
sem Controle de Fluxo	7,0	2,0	0,4	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2
com Controle de Fluxo	1,8	1,7	2,0	2,0	1,9	1,9	1,8	1,8	1,7	1,7	1,6
dos quais Bolsa Família	0,3	0,3	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5
<b>Discricionárias do Poder Executivo</b>	1,5	1,5	1,7	1,5	1,2	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
<b>Resultado Primário</b>	-10,0	-3,4	-1,9	-1,3	-0,9	-0,4	-0,4	-0,5	-0,5	-0,6	-0,6
<b>Memo:</b>											
Gastos com a Covid-19	7,0	1,8	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-
PIB nominal (R\$ bilhões)	7.447,9	8.286,6	8.899,2	9.468,9	10.066,2	10.707,8	11.392,2	12.123,7	12.905,9	13.741,3	14.632,5

## Projeções da IFI

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Projeções			
								2021	2022	2023	2024
PIB – crescimento real (% a.a.)	0,50	-3,55	-3,28	1,32	1,78	1,41	-4,06	4,21	2,32	2,28	2,33
PIB – nominal (R\$ bilhões)	5.779	5.996	6.269	6.585	7.004	7.407	7.448	8.386	8.977	9.549	10.154
IPCA – acum. (% no ano)	6,41	10,67	6,29	2,95	3,75	4,31	4,52	5,74	3,61	3,21	3,24
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	2,66	3,90	3,26	3,31	3,87	4,03	5,20	5,27	5,26	5,26	5,25
Ocupação - crescimento (%)	1,48	0,05	-1,87	0,35	1,41	1,99	-7,86	2,10	1,36	1,55	1,59
Massa salarial - crescimento (%)	3,98	-1,12	-3,24	1,86	3,04	2,46	-3,63	4,21	2,00	2,28	2,33
Selic – fim de período (% a.a.)	11,75	14,25	13,75	7,00	6,50	4,50	2,00	5,50	5,50	5,50	6,00
Juros reais <i>ex-post</i> (% a.a.)	5,02	3,23	7,02	3,94	2,65	0,19	-2,41	-0,22	1,83	2,22	2,67
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-0,56	-1,86	-2,48	-1,68	-1,55	-0,84	-9,44	-2,16	-1,31	-0,76	-0,33
dos quais Governo Central	-0,41	-2,01	-2,57	-1,89	-1,72	-1,28	-10,06	-2,35	-1,41	-0,83	-0,38
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	5,39	8,37	6,49	6,09	5,41	4,96	4,19	4,73	4,08	4,10	4,27
Resultado Nominal (% do PIB)	-5,95	-10,22	-8,98	-7,77	-6,96	-5,79	-13,63	-6,89	-5,39	-4,86	-4,60
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	56,28	65,50	69,84	73,72	75,27	74,26	88,83	85,64	86,02	86,67	87,00

*ifi*